

## Sarney não vê justificativa para a convocação

O presidente do Senado, José Sarney, reafirmou na tarde de quarta-feira, em entrevista, que é favorável a que o Congresso Nacional entre em recesso no período de 1º a 31 de julho, conforme estabelece a Constituição. Informou que manteve contato nesse sentido com o presidente da República, que se manifestou "absolutamente de acordo". Acrescentou que o presidente da Câmara, deputado Luiz Eduardo Magalhães, também é favorável ao recesso em julho.

Sarney revelou que o presidente Fernando Henrique, "de acordo com o princípio da harmonia entre os Poderes, sem ferir, de nenhuma maneira, a independência do Poder Legislativo, me disse que concordava inteiramente com o meu ponto de vista, de que o país está em absoluta tranquilidade e que não há nada que justifique a convocação extraordinária, bem como não há interesse do governo em atropelar os prazos."

Para José Sarney, há três opções que determinam o cancelamento do recesso do Legislativo: autoconvocação - decisão conjunta por parte dos presidentes das duas Casas; solicitação do presidente da República; e requerimento com a assinatura da maioria dos congressistas, no caso, um terço dos parlamentares.

- Eu, pessoalmente, sou favorável ao recesso, e acho que é uma oportunidade que os parlamentares têm de ir aos seus estados esclarecer os seus eleitores sobre o que nós votamos aqui e recolher deles a opinião necessária ao que nós vamos votar - frisou.



Na reunião presidida por Iris Rezende (C), a Comissão de Justiça rejeitou 14 emendas às propostas

## Comissão aprova emendas sobre empresa nacional e cabotagem

*Propostas estão prontas para ir ao plenário. Na segunda-feira, CCJ deverá apreciar quebra do monopólio das telecomunicações*

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou quarta-feira, sem alterações, a proposta de emenda constitucional de iniciativa do governo que elimina a distinção entre empresas brasileiras de capital nacional e de capital estrangeiro, e a que abre a navegação de cabotagem a embarcações de outras bandeiras.

A emenda sobre empresa nacional foi aprovada por 16 a 5, e a de cabotagem, por 17 a 2. Elas foram relatadas, respectivamente, pelos senadores Ramez Tebet

(PMDB-MS) e Jefferson Peres (PSDB-AM).

As duas propostas, já aprovadas pela Câmara, dependem agora da votação em dois turnos no plenário do Senado. Na segunda-feira à tarde, a CCJ deve votar a proposta que flexibiliza o monopólio das telecomunicações, relatada pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Já a proposta que acaba com o monopólio dos estados na distribuição do gás canalizado, a primeira do programa de reforma do governo Fernando Henrique

que chegou ao Senado, entrará na ordem do dia de terça-feira (20), para discussão durante cinco sessões consecutivas.

Na reunião da CCJ, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), foram rejeitadas 14 emendas à proposta sobre empresa nacional, oferecidas pelos senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Júnia Marise (PDT-MG), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Darcy Ribeiro (PDT-RJ), Ademir Andrade (PSB-PA) e Lauro Campos (PT-DF).

**APAEs podem ganhar renda de teste da Loteca**

Página 2

**Empréstimo tira mais do que dá ao governo**

Página 3

**Foiêmica nos vetos à Defensoria**

Página 4

## Previdência, "bomba" para municípios

*Criação de regimes previdenciários próprios virou mau negócio para prefeituras, alerta senador. Página 3*

# APAEs podem ganhar renda de teste da Loteca

*Projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, que também se manifestou favorável a normas rigorosas de proteção aos tripulantes de aeronaves que fazem serviços agrícolas*

Projeto de lei que destina às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) a renda líquida de um teste da Loteria Esportiva foi aprovado quarta-feira, por unanimidade, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, em reunião presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE). O projeto



Comissão ouviu protesto contra venda de remédios

será submetido ainda à deliberação do plenário.

A Comissão de Assuntos Sociais também aprovou na reu-

nião de quarta-feira projeto de iniciativa da Câmara que estabelece normas mais rigorosas de proteção ao trabalho dos tripulantes de aeronaves de serviços agrícolas.

Pelo projeto, essa atividade será classificada no mais alto grau de insalubridade. A proposição também prevê exame médico daqueles tripulantes a cada três meses.

Por iniciativa do senador José Alves (PFL-SE), o presidente da comissão, Beni Veras, determinou que fosse remeti-

do à Comissão Mista que analisa a medida provisória sobre o Plano Real (MP 1.004, atualmente) manifesto encabeçado pelo Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais protestando contra a liberação da venda de remédios em estabelecimentos comerciais (supermercados, empórios, lojas de conveniência).

O manifesto lembra que mesmo os medicamentos vendidos sem a exigência de receita necessitam da assistência de profissionais especializados.

## Senado autoriza São Paulo a rolar dívida

A prefeitura de São Paulo foi autorizada quarta-feira pelo Senado Federal a emitir letras financeiras destinadas à rolagem de 100 por cento de sua dívida mobiliária vencível no segundo semestre deste ano.

Segundo o Banco Central, responsável pelo encaminhamento da solicitação, a dívida mobiliária da maior cidade do Brasil atingia em maio o valor de R\$ 2,3 bilhões.

## Aprovadas cinco medidas provisórias

O Congresso Nacional aprovou na noite de terça-feira cinco medidas provisórias. Das matérias apreciadas, duas serão transformadas em lei com o texto original, e as outras três mediante projeto de lei de conversão.

Um das MPs aprovada é a de nº 997 - única cujo texto não é resultante de reedição -, que autoriza o Executivo a abrir crédito extraordinário de R\$ 69 milhões ao orçamento da seguridade social, para atender situação de emergência e calamidade pública provocada por al-

terações climáticas em várias localidades do país.

Outra matéria aprovada, MP nº 1.002, fixou o valor do salário mínimo que vigorou no período de 1º de setembro de 1994 a 30 de abril de 1995.

As medidas provisórias aprovadas por meio de projeto de conversão são as de nºs 998, 1.000 e 1.003, que tratam, respectivamente, da alteração de normas tributárias federais, da contratação do pagamento de débito junto ao Tesouro com títulos da dívida externa; e de alterações no imposto de renda.

## Multas quebram os sindicatos, diz José Dutra

A cobrança da multa diária de R\$ 100 mil a cada sindicato de petroleiros que entrou em greve "vai extinguir de vez" essas entidades, afirmou em plenário o senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

O senador disse que cabe ao Congresso evitar esse fechamento e anunciou que apresentará projeto de lei concedendo anistia às multas aplicadas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"O Congresso deve rever a cobrança destas multas absurdas", assinalou o senador.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão Ordinária do Senado

**Pauta:** Não foram agendadas matérias para a Ordem do Dia.

### COMISSÕES

Previsão dos trabalhos das comissões para a próxima semana:

**Segunda-feira (19.06.95)**

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Audiência pública. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

16h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Matérias de competência da comissão. Local: Sala 03 -

Ala Senador Alexandre Costa.

18h - Comissão Mista "destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.018/95, que altera dispositivos da Lei nº 4.024/61, (Conselho Federal de Educação) e dá outras providências".

**Pauta:** Instalação, eleição do presidente, vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

**Terça-feira (20.06.95)**

10h - Comissão Mista "destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.017/95, que "estabelece normas para outorga e prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos, e dá outras providências".

**Pauta:** Instalação, eleição do presidente, vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

# Previdência vira "bomba" para prefeituras

*Mudança da composição etária da população e criação de regimes previdenciários próprios podem levar municípios e estados à falência, adverte o senador Ney Suassuna*



Coutinho Jorge

## Empréstimo tira mais do que dá ao governo

Relatório de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre 78 projetos financiados por agências internacionais de desenvolvimento, entre elas o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, evidencia que o governo federal tem pago mais do que recebe. A denúncia foi feita na quarta-feira pelo senador Coutinho Jorge (PMDB-PA).

O senador quer aprofundar o assunto e saber quais as perdas assumidas por governos estaduais e municípios que fizeram empréstimos externos, já que essas instâncias não foram abrangidas pelas auditorias do TCU.

Para tanto, ele apresentou quatro requerimentos de informações: dois encaminhados às Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle - para informações e diligências - e dois dirigidos aos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Coutinho Jorge recusou-se a responsabilizar o governo atual pela situação. "Mas o responsabilizo pela sua correção", admitiu.

A partir de dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) alertou prefeitos e governadores para o que classificou de uma "verdadeira bomba de efeito retardado": a mudança da composição etária da população brasileira. De acordo com o senador, as administrações municipais e estaduais estarão ameaçadas de falência, caso não se busque uma solução rápida.

Depois da Constituição de 88, explicou Suassuna, uma grande parcela de municípios e estados adotou o regime jurídico estatutário, desvinculando-se do INSS

para fins previdenciários e passando a arcar com os encargos de aposentadorias e pensões de seus servidores, excluídos do Regime Geral de Previdência Social. No entanto, as previsões sobre a faixa etária da população são de que em 2010 22% da população terão mais de 50 anos e cerca de 34% terão menos de 20 anos.

- Nestas condições, em dez anos serão duplicados os gastos com aposentadoria, pensões e tratamento de saúde, enquanto haverá, relativamente, um menor número de pessoas entrando no mercado de trabalho para sustentar os sistemas de previdência - explicou Ney Suassuna.

## Suplicy critica MP que restringe a importação de carro

A medida provisória que restringe a importação de veículos foi criticada pelo senador Eduardo Suplicy (SP), líder do PT. Segundo o senador, "é mais um expediente para preservar a política cambial artificial adotada pelo Executivo".

Os setores da economia que têm forte vínculo com o comércio

exterior serão as principais vítimas das "bruscas mudanças que trazem barreiras ou aberturas" em consequência da política cambial rígida, disse.

Lembrou, ainda, que tem feito diversas advertências sobre eventuais mudanças cambiais causadas pela crise mexicana, "que aceleraram o impacto nas imprudências da economia do país".

## Benedita pede apoio para hospital do Rio

O Hospital Universitário do Fundão tem condições de, em seis meses, garantir a realização de 150 cirurgias cardíacas mensais, além das 20 que realiza atualmente, afirmou a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao pedir o apoio das diversas bancadas partidárias



Benedita

para a obtenção de um repasse de R\$ 4 bilhões ao hospital, que entrará com uma contrapartida de R\$ 1 bilhão.

A senadora ressaltou que no município do Rio de Janeiro há necessidade de 700 cirurgias cardíacas por mês.

Lembrando que a Constituição fixa, para cada exercício fiscal, uma limitação das despesas com pessoal a 60% das receitas correntes do municípios, o senador disse que é fácil prever o processo de falência das prefeituras caso não organizem, o mais rapidamente possível, os respectivos institutos de previdência.

"Uma situação é o Tesouro Nacional suportar sozinho essa massa de aposentados e pensionistas, e outra é estabelecer a prudente parceria com um sistema próprio de previdência, alimentado também por todos os servidores enquanto na ativa", analisou o senador.



Jefferson Peres

## Jefferson quer união em torno da reforma

A aliança dos socialistas com os liberais seria a grande solução para o momento polêmico da reforma constitucional que tramita no Congresso, segundo sugeriu o senador Jefferson Peres (PSDB-AM).

Ele disse que a mudança na Carta ainda encontra alguma resistência por parte dos que defendem o corporativismo "e por quem acha que o estado deve intervir na economia".

# Ademir critica vetos à Defensoria Pública

Senador considera absurda a eliminação de dispositivo que assegurava autonomia administrativa e funcional ao novo órgão

Considerando um "autêntico atentado" contra os preceitos de cidadania que fundamentam os princípios da Constituição, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) concluiu os senadores a rejeitarem os vetos



Ademir Andrade

presidente Itamar Franco à Lei Complementar nº 80, que regulamenta e organiza a Defensoria Pública da União.

Dentre os 25 vetos presidenciais, Ademir considera como o mais absurdo a extinção do dispositivo que assegura autonomia administra-

tiva e funcional à Defensoria Pública.

O senador defendeu a ideia de que prestar assistência jurídica gratuita à população economicamente menos favorecida é dever do Estado e advertiu que, caso o Congresso concorde com os vetos, os prejuízos serão incalculáveis para o processo de resgate da credibilidade do estado de direito no Brasil.



Flaviano Melo

## Flaviano Melo acredita na rota para o Pacífico

Artigo do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, sobre sua viagem ao Japão despertou no senador Flaviano Melo (PMDB-AC) a esperança em torno da construção da estrada que abrirá ao Brasil a rota do Pacífico. O embaixador revelou ter obtido garantias de que entidades financeiras japonesas estão abertas à concessão de novos empréstimos ao Brasil.

## Jonas destaca acordo com os agricultores

Parlamentar apóia suspensão dos processos de execução de dívidas

Chegaram ao fim as negociações entre a Frente Parlamentar da Agricultura e o governo federal. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) informou quarta-feira que estão suspensos até 30 de junho os processos de execução decorrentes de operações de crédito rural, desde que o devedor não tenha praticado dolo e a suspensão não provoque perda dos prazos processuais.

Ele apresentou um relatório em que alinha os nove tópicos acertados e disse que as medidas serão implementadas imediatamente, o que viabilizará

a contratação de novos financiamentos, que estão suspensos.

Segundo Jonas Pinheiro, além da suspensão da execução das dívidas foram acertadas as questões relativas a outros oito tópicos em discussão: Proagro; Plano Collor; fundos constitucionais; Fimame Rural; renegociação de dívidas vencidas ou a vencer neste ano; financiamento da safra 95/96; e a compra de arroz, pelo governo, de produtores que estejam fora da "equivalência produto".



Jonas Pinheiro

## Maldaner elogia artigo de Simon sobre o BC

Artigo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a constante troca da direção do Banco Central, publicado na revista *Veja* desta semana, foi elogiado quarta-feira pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

## Marina pede aumento para a borracha

Os seringueiros da Amazônia precisam de cinco quilos de borracha para comprar apenas um quilo de leite em pó.

Com esse exemplo e destacando que cada seringueiro só consegue produzir em média 500 quilos por mês, a senadora Marina Silva (PT-AC) pediu aumento de preço para a borracha natural, que, segundo disse, está com o valor congelado há um ano.

## Comissão ouve governo sobre São Francisco

O Vale do São Francisco continua sendo um grande bolsão de pobreza, afirmou o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), relator da Comissão Temporária do Senado que promove ampla discussão acerca de políticas para a região.

A comissão esteve reunida no início da noite de terça-feira para ouvir a secretária-executiva do Programa Comunidade Solidária, Ana Peliano, o general Nilton Moreira Rodrigues, superintendente da Sudene, e Pécio Davidson, do Ministério do Planejamento.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Emandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ *Veja* no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.